

# Falando de dinheiro, não de política

MÁRCIO VERÍSSIMO\*

Nos últimos tempos, algumas empresas brasileiras foram alvo de ações externas que prejudicaram suas atividades normais.

Tais ações incluem a invasão de terras de empresas de celulose pelo MST e a nacionalização das reservas naturais da Bolívia e a consequência dessa atitude para a **Petrobras**.

Vamos nos esquivar de comentar se o MST e a Bolívia têm o direito de reclamar a posse de tais bens, se o modo que eles o fizeram foi correto, bem como se a resposta governamental foi adequada, visto que esse enfoque já foi amplamente avaliado e discutido por especialistas no assunto.

Portanto, atemo-nos aqui ao impacto dessas atitudes sobre o valor das ações dessas companhias, às atitudes da diretoria dessas companhias, o impacto sobre seus investidores e o que se espera da área de relações com investidores nesses casos.

O impacto sobre o valor das ações das companhias é diretamente proporcional ao impacto desses fatores externos nos seus resultados. Naturalmente, os investidores precificam esse impacto considerando o pior cenário possível para avaliar conservadoramente o potencial de suas perdas.

Justamente nesse ponto, o papel da área de Relações com Investidores é essencial. Corretamente, em caso de incerteza, os investidores procuram avaliar o risco máximo que estão correndo. Cabe à área de RI explicar detalhadamente o potencial de perda decorrente desses eventos, permitindo que os investidores consigam fazer uma análise mais adequada dos riscos, evitando assim um impacto maior sobre o valor da ação.

No caso desses dois exemplos, de invasões de terras e da nacionalização das reservas bolivianas,

o impacto sobre os resultados das companhias é pequeno.

As de papel e celulose já possuem até um histórico de eventos semelhantes e continuam firmes e fortes.

No caso da **Petrobras**, o número de páginas de jornal dedicadas ao caso faz parecer que a falência está na esquina, contudo as operações de gás são relativamente pequenas e o tamanho da crise ainda menor, uma vez a Bolívia não pode prescindir de vender seu gás para o Brasil.

É natural, portanto, que o impacto dessas adversidades tenha sido pequeno sobre o valor das ações. Contudo, o importante é ressaltar que, independente do tamanho, o papel do RI é ajudar os investidores a quantificar esse efeito para não serem surpreendidos depois, arruinando a credibilidade da companhia.

Do ponto de vista mais amplo, de comunicação financeira, as empresas reagiram de formas diversas.

As empresas de celulose, tipicamente, ressaltam a ilegalidade dos atos do MST, mas sem estardalhaço e até aceitam negociar uma solução. Uma medida muito inteligente, se considerarmos que o MST está mais interessado em publicidade do que nas terras em si, nesses casos onde a terra é produtiva.

Por outro lado, até pela repercussão, as declarações do presidente da **Petrobras** de que a nacionalização das reservas bolivianas impactariam o preço receberam grande destaque.

Elas foram imediatamente refutadas pelo governo brasileiro, o que em princípio coloca uma importante questão: se o acionista controlador não estaria gerando uma ingerência em uma empresa privada (ainda que o controlador seja o governo) em seu benefício e prejuízo dos minoritários.

Em tese, sim. Porém, no

mundo real, nenhuma empresa em área estratégica pode evitar influência do governo, independente de possuir ou não capital estatal.

Ademais, as duas partes tomaram as posições esperadas diante de seu público, mas o que efetivamente será feito não está claro. Provavelmente, um meio termo será o resultado final, como tem sido em outros casos semelhantes.

Note que isso não é um claro prejuízo para o minoritário. Apesar de o presidente da companhia ter marcado uma posição, é provável que fosse apenas para garantir força na negociação. Afinal, repassar integralmente os custos para o consumidor também tem um custo importante para a imagem da companhia.

Assim, a companhia deve achar uma solução adequada para o caso e cabe ao RI informar adequadamente quais são os termos finais do seu compromisso, quais as possíveis perdas com esse processo (que atualmente parecem inevitáveis, mas pequenas para a companhia) e o que orientou esse resultado, demonstrando que não houve ingerência do controlador.

\* Consultor, especial para  
*Gazeta Mercantil*

E-mail: mverissimo@gazetamercantil.com.br

### AGENDA DO INVESTIDOR

	Divulgação de Resultados	Teleconferências	Reunião com Investidores e Analistas
OHL	—	16/05	16/05
Petrobras	—	16/05	—
American Banknote	—	16/05	—
Copel	—	16/05	—
Cyrela	—	16/05	—
Copasa	—	16/05	—
OHL	—	—	17/05*
CSU	—	17/05	—
Company	—	17/05	—
Suzano Petro	—	17/05	—
Lojas Renner	—	—	17/05
Bradespar	—	18/05	—
Sabesp	—	18/05	—
Vivax	—	—	19/05
Gerdau	—	—	23/05

Fonte: www.divulgacaoexemplar.com.br \* Abamec